**SEHAY POT’I SATERÉ-MAWÉ: A EDUCAÇÃO NO “ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I”**

Ariane Coelho dos Santos [[1]](#footnote-1)

Fabiane Maia Garcia[[2]](#footnote-2)

Ana Carolina Ferreira Alves[[3]](#footnote-3)

**E-mail:** arianecastellano@gmail.com

**SALÃO DOS EGRESSOS 2023**

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

**Resumo**: A pesquisa analisou as interfaces históricas, legais e conceituais a partir das quais se constitui a política educacional para do povo Sateré-Mawé do EELCTI Nusoken I, no Município de Manaus. Localizado no bairro Redenção, zona centro-oeste da área urbana da capital amazonense, com a perspectiva de trabalhar a aprendizagem bilíngue, destinando-se à transmissão de conhecimento tradicional, pautado na afirmação, valorização e fortalecimento da língua materna e identidade cultural. Metodologicamente, o estudo se ancora em uma perspectiva teórica qualitativa, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, com base no enfoque materialista histórico. O Espaço Nusoken I consegue trabalhar a Educação Escolar Indígena, apesar de se configurar como uma sala anexa e não se constituir como parte da educação escolar indígena, alcança seus objetivos, contudo é preciso questionar a política pública municipal de Manaus para que sejam viabilizados alguns anseios e necessidades atuais que o Espaço carece. Desse modo, o Espaço se consolida porque resiste, como um ambiente de compartilhamento de conhecimento para que as crianças que lá estudam percebam a força e a importância de estarem conhecendo sua ancestralidade e a essência do seu povo, pois mesmo no território urbano permanece e se reforça a identidade do Povo Sateré – Mawé.

**Palavras-chave**: Educação Indígena; Comunidade Waikiru I; Espaço Nusoken I; Políticas Educacionais.

**INTRODUÇÃO**

A Educação Escolar Indígena segundo a CNE/CEB Resolução 05/2012, é uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas, asseguradas tanto na Carta Magna de 1988 quanto em documentos internacionais, atestando que a educação é um direito humano e social. De acordo com Santos (2012), esta educação diferenciada contribui para o fortalecimento dos povos indígenas perante o processo de globalização que as comunidades tendem a vivenciar ou já vivenciam. E, finalmente ela é um direito adquirido a partir das ações dos movimentos sociais indígenas, com o apoio da sociedade civil organizada no contexto de redemocratização do Estado Brasileiro. Nota - se claramente que tais ações são atos de Resistência dos povos indígenas contra um sistema racista.

O critério para a escolha em pesquisar na Comunidade Waikiru I, e especificamente o Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas – EELCTI Nusoken I, se justifica por ser uma das mais antigas em área urbana no Município de Manaus e de seus moradores terem forte atuação em manifestações e ações pelo direito a terra.

Outro ponto é que a pesquisadora é vizinha da Comunidade, estando somente a 100 (cem) metros de distância, conviveu e observou desde sua infância as lutas e desafios enfrentados pela Comunidade.

Neste sentido, construímos a tessitura desta pesquisa, tendo como *objetivo geral*, analisar o conjunto da política vigente para a educação escolar indígena para o povo Sateré-Mawé, morador da área urbana do Município de Manaus, especificamente quando as políticas são vinculadas ao Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas Nusoken I, sendo este um dos vinte e três Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas regularizados a partir da Lei N° 2.781/2021.

É importante notar que este Espaço é um dos doze que estão na área urbana, ressaltando que este não é uma escola, contudo já foi um Centro de Educação Escolar Indígena, que a partir de 2013, funcionou com professor indígena voluntário, sendo acompanhada pela Gerência de Educação Escolar Indígena /SEMED-MANAUS. Somente em 2016, a Secretaria Municipal de Educação contratou professor indígena por meio de processo seletivo. Segundo Sateré (2022), a finalidade deste Espaço é a manutenção, valorização e fortalecimento da língua materna para as crianças que nascem na cidade não percam sua identidade cultural.

Estudaremos como este espaço se constrói como um projeto etno-político educacional, capaz de fortalecer os moradores da comunidade Waikiru I frente aos processos de discriminação e depreciação, e na luta por políticas públicas educacionais diferenciadas, compreendendo como fazer Educação Escolar Indígena em área urbana.

E finalmente trazer em pauta a esta pesquisa se este Espaço é uma *Rede de Influência* para o ensino não indígena e para a Educação Indígena, através dos eventos que são promovidos pela liderança da Comunidade, onde o foco é mostrar como o Povo Sataré morador da Waikiru I, que vive em área urbana, trabalha e conduz os meios de promoção de conhecimento, através de experiências sociais e pedagógicas, perspectivas de vida que nos colocam em situações para observar, contemplar e priorizar a natureza e o ser humano como únicos, se desvencilhando da ideia de que a cultura indígena está necessariamente atrelada a vida na floresta.

**METODOLOGIA**

O estudo se ancora em uma perspectiva teórica qualitativa, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, com base no enfoque materialista histórico. Foram selecionados marcos legais, livros, dissertação, que trouxeram informações sobre a existência e efetivação da política educacional para a educação escolar indígena nas esferas governamentais. Por fim, trabalhamos com a análise dos documentos legais do Município de Manaus (Decreto 1.394/2011 e Lei 2.781/2021) que são a base da Educação Escolar Indígena em Manaus e para os Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígena.

Os materiais escolhidos foram catalogados a partir de critérios vinculados aos títulos, resumos e indicações buscando os que se articulassem com a pesquisa e com as categorias de análise: 1) Educação Indígena; 2) Educação Escolar Indígena; 3) Democratização e 4) Resistência. As categorias foram se constituindo a partir da necessidade de suporte a pesquisa e da direta relação com os objetivos trabalhados, e teoricamente são discutidas pelos autores escolhidos, fomentando a análise com o uso dos conceitos que abordam elementos para uma educação diferenciada e que busca se distanciar da educação eurocêntrica.

**RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Após o mapeamento da trajetória da política educacional brasileira para os povos indígenas a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2021, ano que fora publicada a lei que trata dos Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígenas no Município de Manaus.

Pelas discussões apresentadas, percebemos que as bases legais que hoje estão no sistema nacional de educação ainda não provocaram mudanças radicais, é claro com as discussões para melhorias e efetivação das políticas educacionais, que de acordo com Saviani (2014), existe uma descontinuidade nas políticas educativas brasileiras, como se fora um “zigue-zague ou do pêndulo”. O sistema educacional e sua estrutura, historicamente mostra-se com alterações, apresenta-se uma linha que continuamente retorna a um ponto inicial, fazendo que poucas vezes se perceba algum resultado significativo quanto política educacional.

 Todavia há efetivações, mas entre idas e vindas, ganhos e retrocessos, o que entendemos é que sempre no caminhar da educação brasileira os obstáculos apresentam-se fortemente, porém em outro momento a luta dos movimentos e da população que estar neste território e deseja uma democratização educacional, vem se organizando contra os atrasos político-sociais. E com participação do movimento indígena nos espaços de debate, tem ocorrido algumas conceções, que transparecem nacional e internacionalmente alguma preocupação com a questão indígena.

Debatemos como se faz educação através das relações interpessoais, sociais e culturais desses elementos chamados humanos, indígenas e não indígenas, que se constroem, reconstroem, envolvem-se, interligam-se interseccionam-se neste processo que ao nosso ver é um ato de humanidade transformador.

E ao trazemos o Povo Sateré – Mawé, pois são os membros da Comunidade Waikiru I, com suas crianças urbanas que estudam no Espaço de Estudo de Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígena Nusoken I, estes apresentados através de sua cosmologia, pois entendemos como é importante mostrar a visão naturalística, identitária e ritualística, assim relacionado ao conceito de Educação Indígena. Segundo Kopenawa e Albert (2015), o legado dos ensinamentos dos povos indígenas contempla a ideia de que cada ser humano forma o outro, em que a natureza, como algo vivo, compõe o campo de saberes e de resistência por milênios

Partindo para diferenciação entre Educação Indígena e Educação Escolar Indígena, pois ambas estão no EELCTI Nusoken I. Segundo Baniwa (2019), Educação Indígena é uma construção de conhecimentos, é a transmissão que acontece de geração em geração, em volto de paradigmas particulares, com edificações cosmológicas seguindo a identidade de cada Povo, unidas se apresentam com uma constelação de conhecimentos.

E Educação Escolar Indígena é conduzida por um sistema de ensino que segue uma estrutura legal, específica e diferenciada, seguindo metodologias de ensino que dialogam entre o sistema não indígena e métodos da educação indígena.

No campo das lutas por território, a luta dos povos indígenas por território urbano no município de Manaus, reafirmou que essas ações representam formas de construir elementos que serviram para compreender e trabalhar uma educação diferenciada.

Em meio urbano a luta dos povos indígenas não foi somente por territorialização, mas principalmente pela visibilidade social e educacional, pois o indígena não aldeado é colocado no mesmo patamar de um não indígena ao se deslocar à cidade, ficando desprovido de políticas que dão sustentação legal à estruturação social.

O Espaço Nusoken I não é uma instituição/escola nos moldes que a política pública educacional para povos indígenas até então foi vislumbrada, é intitulado Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas, pela Lei do Município de Manaus n. 2.781 de 16 de setembro de 2021, sendo um dos 23 espaços que atualmente existem em Manaus, e é um dos três que estão em área urbana.

Dentro da pesquisa, optamos por considerá-lo como uma estrutura que se distancia dos moldes da educação de base colonial, o que fez com que, no decorrer da pesquisa, percebêssemos que a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena são trabalhadas mutuamente no espaço Nusoken I.

No conjunto do que foi observado, importa ainda considerar o protagonismo das mulheres indígenas, logo, para que se tenha existência e resistência do Espaço Nusoken I, não seria diferente, sendo percebido junto à Comunidade Waikiru I e o Espaço de Estudo, que as mulheres também são exemplos de resistência.

**Por ter essas instituições próximas, o Espaço de Estudo de Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Nusoken I influencia culturalmente a formação dos discentes das escolas não indígenas, pois todos podem participar diretamente das atividades que são desenvolvidas para o público nos eventos realizados semestralmente. Isso pode ocasionar em uma consolidação de aproximação com as escolas não indígenas.**

Influência direta ou indiretamente alguns moradores já que se reconhecem como membros que compartilham dos anseios da efetivação das políticas públicas, identificando-se com suas origens amazônicas ao visitar a Comunidade Waikiru I e ao conhecer o Espaço Nusoken I.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O *estar* nos ambientes de ensino é fundamental para o fortalecimento dos povos indígenas, pois é um espaço e instrumento de luta. E assim é o *Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígena Nusoken I,* que se solidifica porque resiste, é um ambiente de compartilhamento de conhecimento para que as crianças que lá estudam percebam a força e a importância de estarem conhecendo sua ancestralidade e a essência do seu povo, e que por mais que ainda estejam em território urbano a identidade do Povo Sateré – Mawé permanece.

**REFERÊNCIAS**

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019

BRASIL. **Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012**. Brasília, 2012

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015

MANAUS. **Lei N° 2.781 de 16 de setembro de 2021**. Criação da Escola Indígena Municipal. Diário Oficial do Município de Manaus, 16 de setembro de 2021. Ano XXII, Edição 5185.

SANTOS, Jonise Nunes. **Educação escolar indígena no município de Manaus(2005-2011)**. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014

SATERÉ, Leiliane. **Protagonizando minha história.** [memorial]. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2022.

1. Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, arianecastellano@gmail.com: orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6939-4763>; [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Doutora no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, fgarcia@ufam.edu.br : orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0121-0416> [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora Doutora Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), carolfalves@ufam.edu.br [↑](#footnote-ref-3)